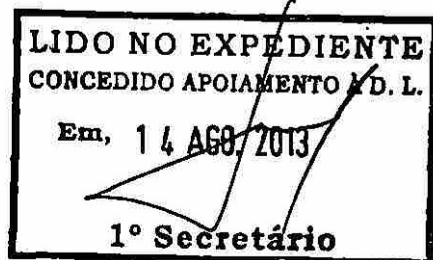




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



PROJETO DE LEI Nº 356 DE 2013

**SÚMULA:** Obriga os Municípios paranaenses a criar Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

**Art. 1º.** Os Municípios situados no Estado do Paraná ficam obrigados a criar Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, vinculados às Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Meio Ambiente, com o objetivo de buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que levem a convivência harmoniosa entre a espécie humana e as demais espécies animais.

**Parágrafo único.** Qualquer cidadão poderá integrar o Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, sendo que a sua composição, forma de eleição e as competências adicionais dos Conselhos de cada Município deverão ser previstas em Regulamento específico.

**Art. 2º.** Os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais deverão ter atuação voltada à educação e conscientização da população com relação à defesa dos animais, seus cuidados e direitos, devendo para tanto exercer, além das prerrogativas definidas em norma municipal, as seguintes atribuições:

- I - acompanhar a aplicação e fiscalizar a utilização de recursos financeiros destinados ao exercício de atividades relacionadas à defesa dos direitos dos animais, no sentido de que suas ações proporcionem desempenho efetivo e com alto grau de aproveitamento dos programas;
- II - articular a integração das instituições públicas e privadas nas ações de conscientização, proteção e defesa dos direitos dos animais, promovendo contatos com instituições, entidades privadas e organizações afins, responsáveis por ações ligadas ao assunto;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



III - receber denúncias de maus-tratos aos animais, bem como encaminhá-las aos órgãos responsáveis e tomar as providências necessárias para que o infrator responda pelo ato praticado;

IV - participar e acompanhar a organização de campanhas de vacinação e castração em massa;

V - desenvolver propostas de ações voltadas ao desenvolvimento de programas relativos ao assunto, a serem apresentadas à Secretaria Municipal a que é vinculada;

VI - solicitar aos órgãos competentes todas as informações que julgue necessárias, em especial as de caráter técnico administrativo, financeiro, orçamentário, operacional e relativos a recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento dos órgãos e programas públicos que objetivem a proteção e defesa dos direitos dos animais.

**Art. 3º.** Os Municípios que não instituírem o Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais ficarão impedidos de receber qualquer repasse de verba oriunda de convênios ou programas do Governo Estadual.

**Art. 4º.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor depois de decorrido um ano da data de sua publicação, ficando tal período destinado à implantação dos Conselhos por parte das Prefeituras.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

O Presente Projeto de Lei tem por objetivo obrigar todos os Municípios situados no Estado do Paraná a criarem Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais. Tais Conselhos devem ser vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, Educação ou Meio ambiente e visam buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que busquem a convivência harmoniosa entre a espécie humana e os animais.

Elenca as atribuições do referido conselho, buscando principalmente estabelecer um canal de fiscalização e comunicação da população com os governantes, além de estabelecer que os Municípios que não instituírem tal Conselho ficarão impedidos de receber qualquer repasse de verba oriunda de convênios ou programas de Governo.

Sabemos que a sociedade encontra-se distante de um tratamento ideal aos animais, mas a organização da coletividade através de um Conselho de defesa permite ao menos uma maior fiscalização das políticas públicas voltadas à sua proteção e defesa, promovendo uma articulação da população com instituições públicas buscando ações de conscientização, proteção e defesa dos animais desamparados. A intenção da medida é unir a sociedade, que poderá efetuar denúncias de maus-tratos, participar e acompanhar a organização de campanhas de vacinação, desenvolver propostas de programas relativos ao assunto e, principalmente, solicitar aos órgãos competentes todas as informações referentes a proteção dos direitos dos animais que julguem necessárias.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2013.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 356/2013**

**Projeto de Lei nº. 356/2013**  
**Autor: Deputado Anibelli Neto**

**Súmula:** Obriga os Municípios paranaenses a criar Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

**EMENTA:** ARTS. 24, VI, 30, II, 225, §1º, VII DA CF. ARTS. 18 E 207, §1º, X, XIV DA CE. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, visa obrigar todos os Municípios situados no Estado do Paraná a criarem Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais. Tais Conselhos devem ser vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, Educação ou Meio ambiente e visam buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que busquem a convivência harmoniosa entre os humanos e os animais.

Elenca as atribuições do referido conselho, buscando principalmente estabelecer um canal de fiscalização e comunicação da população com os governantes, além de estabelecer que os Municípios que não instituírem tal Conselho ficarão impedidos de receber qualquer repasse de verba oriunda de convênios ou programas do Governo Estadual.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Primeiramente, verifica-se que a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, VI, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre proteção à fauna:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;**

**§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

**§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.**

**§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.**

**§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (grifos nossos)**

A própria Carta Magna também determina, em seu artigo 225, o dever atribuído ao Poder Público e à coletividade, no sentido de defender e preservar o meio ambiente, citando expressamente a proteção à fauna:

**Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**

**§1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:**  
**VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (grifos nossos)**

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece o dever de defesa do meio ambiente por parte do Estado, especialmente através da promoção e educação ambiental e da proteção da fauna:

**Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**§1º. Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para assegurar a efetividade deste direito:**

**X - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;**

**XIV - proteger a fauna, em especial as espécies raras e ameaçadas de extinção, vedadas as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade; (grifos nossos)**

Constatamos que o autor do presente Projeto busca assegurar o cumprimento, por parte do Poder Público, da obrigação constitucional de proteção à fauna, bem como promover uma educação ambiental e conscientização pública sobre o tema.

Ocorre que, ao obrigar os Municípios a criarem Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, o projeto adentra em matéria de interesse local, pois mesmo tal assunto refletindo na esfera estadual, se destina à implantação de um órgão específico pela administração municipal. Sobre o assunto, o art. 30 da Constituição Federal garante a competência do Município para dispor sobre assuntos de interesse local:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;**

Além disso, o artigo 17 da Constituição Estadual traz a mesma competência sobre assuntos de interesse local, e seu artigo 15 garante autonomia no funcionamento dos Municípios:

**Art. 15. Os municípios gozam de autonomia, nos termos previstos pela Constituição Federal e por esta Constituição.**

Assim, constatamos que uma Lei Estadual não detém a competência necessária para obrigar a criação de Conselhos em esfera Municipal.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Desta forma, buscando manter a essência do presente projeto, **sugerimos a adoção de uma emenda substitutiva geral**, com o objetivo de retirar do seu texto a obrigatoriedade da criação de tais órgãos por parte dos Municípios, mas vinculando o repasse, por parte do Governo do Estado, de verbas destinadas à proteção ao meio ambiente, à criação dos referidos Conselhos.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

*Amplado*  
*Dep. Carli*

*Dep. Quirini*

*Nelson Justus*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

*Dep. Carli*  
**APROVADO**  
*15/10/13*

*Alexandre Curi*  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

*Dep. Pastor*

*Dep. Kampion*

*Dep. Neuen*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL - PROJETO DE LEI N.º 256/2013**

*Súmula: Veda o repasse de verbas oriundas de convênios destinados à proteção e defesa ao meio ambiente aos Municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.*

Com fulcro nos artigos 137, §2º e 141, II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a adoção da presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 356/2013, que passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** Fica vedado o repasse de verbas oriundas de convênios do Governo Estadual, destinadas a programas de proteção e defesa ao meio ambiente, aos Municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

**Art. 2º.** Os Conselhos de que trata o art. 1º desta Lei devem ser vinculados às Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Meio Ambiente, com o objetivo de buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que levem a convivência harmoniosa entre a espécie humana e as demais espécies animais.

**Parágrafo único.** Qualquer cidadão poderá integrar os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, sendo que a sua composição, forma de eleição e as competências adicionais dos Conselhos de cada Município deverão ser previstas em Regulamento específico.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 3º.** Os Conselhos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ter atuação voltada à educação e conscientização da população com relação à defesa dos animais, seus cuidados e direitos, devendo para tanto exercer, além das prerrogativas definidas em norma municipal, as seguintes atribuições:

- I - acompanhar a aplicação e fiscalizar a utilização de recursos financeiros destinados ao exercício de atividades relacionadas à defesa dos direitos dos animais, no sentido de que suas ações proporcionem desempenho efetivo e com alto grau de aproveitamento dos programas;
- II - articular a integração das instituições públicas e privadas nas ações de conscientização, proteção e defesa dos direitos dos animais, promovendo contatos com instituições, entidades privadas e organizações afins, responsáveis por ações ligadas ao assunto;
- III - receber denúncias de maus-tratos aos animais, bem como encaminhá-las aos órgãos responsáveis e tomar as providências necessárias para que o infrator responda pelo ato praticado;
- IV - participar e acompanhar a organização de campanhas de vacinação e castração em massa;
- V - desenvolver propostas de ações voltadas ao desenvolvimento de programas relativos ao assunto, a serem apresentadas à Secretaria Municipal a que é vinculada;
- VI - solicitar aos órgãos competentes todas as informações que julgue necessárias, em especial as de caráter técnico administrativo, financeiro, orçamentário, operacional e relativos a recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento dos órgãos e programas públicos que objetivem a proteção e defesa dos direitos dos animais.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 4º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

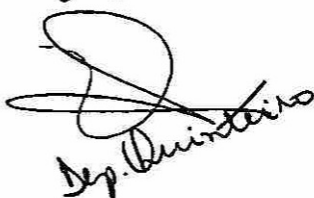
Art. 5º - Esta lei entra em vigor depois de decorrido um ano da data de sua publicação, ficando tal período destinado à implantação dos Conselhos por parte das Prefeituras.

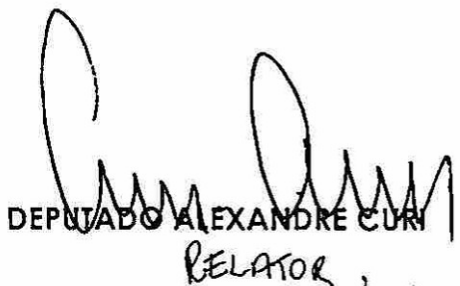
Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Dep. Scarpone

  
Dep. Feres

  
Dep. Quinteiro

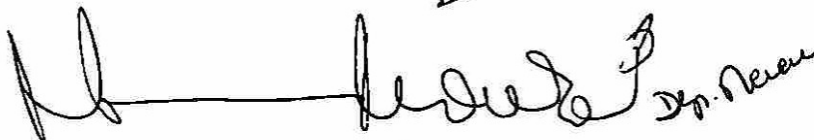
  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
Dep. Fodun

**APROVADO**  
**15.10.2013**

  
Dep. Tulin

  
Dep. Pastor

  
Dep. Neuen



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE AGRICULTURA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 356/2013**

**Projeto de Lei nº 356/2013**

**Autor: Deputado Anibelli Neto**

**PREFÁCIO**

O presente projeto de Lei tem por objetivo obrigar os municípios paranaenses a criar conselhos municipais de proteção e defesa aos direitos dos animais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, objetiva obrigar os municípios paranaenses a criar conselhos municipais de proteção e defesa aos direitos dos animais.

A presente proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça sendo adotada uma emenda substitutiva geral, a qual dispõe que fica vedado o repasse de verbas oriundas de convênios destinados à proteção e defesa ao meio ambiente aos Municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Os conselhos municipais de proteção e defesa aos direitos dos animais devem ser vinculados a Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Meio Ambiente visando à preservação da vida e dignidade dos animais.

Qualquer cidadão poderá integrar o Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais. Caberá ao referido conselho atuar na conscientização da população com relação à defesa dos animais, seus cuidados e direitos.

### CONCLUSÃO

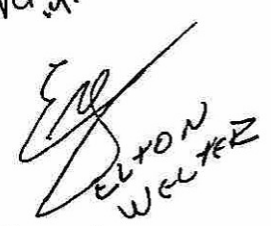
Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da importância da matéria apresentada.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.

  
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR  
PRESIDENTE

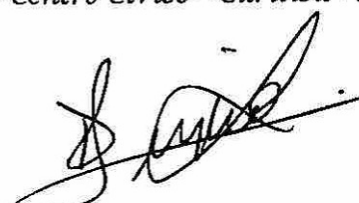
  
DEPUTADO EVANDRO JÚNIOR  
RELATOR

  
GILBERTO MARTIN

  
ELTON WELTER

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
ANIBELLI NETO





## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 356/2013

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por finalidade incentivar os Municípios a instituírem o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais.

Não obstante a emenda substitutiva geral ao projeto de lei retirar de seu texto a obrigatoriedade de criação dos Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, a mesma cria obrigação indireta de criação destes conselhos como condição para repasse de verbas oriundas de convênios do Governo do Estado.

Embora louvável a matéria nela versada, ao criar esta condicionante à celebração de convênios com o Estado do Paraná, o presente projeto de lei adentra e interfere, de forma indireta, na autonomia e, conseqüentemente, na competência constitucional dos municípios de disporem sobre a organização de sua estrutura administrativa.

Desta forma, com a devida vênia aos opinativos favoráveis, entendo que o presente projeto de lei, além de interferir na autonomia administrativa dos municípios, restringe a autonomia e discricionariedade do Chefe do Executivo Estadual em celebrar convênios.

O presente projeto de lei, ao restringir a celebração de convênios pelo Estrado do Paraná, interfere na competência administrativa

RL



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual e ofende os princípios da separação, independência e harmonia entre os poderes.

Emana do princípio da separação dos poderes a proibição de interferência de um Poder sobre o outro. Pelo desenho normativo-constitucional, a celebração de convênio é típico ato de gestão administrativa, elementar às funções reservadas ao Poder Executivo, e imune da participação do Poder Legislativo, conforme a Constituição do Estado do Paraná:

## Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;


Por estas razões, entendo que o presente projeto de lei possui um objetivo louvável e primordial para a defesa do meio ambiente, entretanto é inconstitucional.

Desta forma, opino pela **rejeição** do presente Projeto de Lei, ante os argumentos acima expostos.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2013.

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

  
Wilson Azeiteiro





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



DEPUTADO CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

*Eng. J. L. L.*  
*Gilson Velloso*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

365/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 19 AGO. 2014

1º Secretário

Ementa: Fica denominada Dom Moacyr José Vitti a Intersecção da Rodovia BR-277 com a PR- 804 - KM 29, no município de Morretes.

Art. 1º - Fica denominada Dom Moacyr José Vitti a Intersecção da Rodovia BR-277 com a PR- 804 - KM 29, no município de Morretes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2014.

NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

19-080-2014 14:38 004230 1/1

DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



### Justificativa:

Dom Moacyr José Vitti, nasceu em Piracicaba, São Paulo, em 30 de novembro de 1940. Entrou para a congregação dos Estigmatinos em 17 de janeiro de 1953 e tornou-se noviço em 1960, no município de Casa Branca, São Paulo, onde professou seus primeiros votos como religioso. Depois estudou Filosofia e Teologia no Instituto dos Estigmatinos em Campinas e fez sua profissão perpétua em 09 de dezembro de 1963, sendo ordenado sacerdote na Capela da Santíssima Trindade no ano de 1967. Recebeu sua nomeação como bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba em 1987, a ordenação episcopal ocorreu no município de Americana, São Paulo, em 1988 e em 2002 foi nomeado bispo diocesano de Piracicaba/SP. Em 19 de maio de 2004 Dom Moacyr foi transferido para a arquidiocese de Curitiba pelo Papa João Paulo II, tomando posse na Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



PARECER AO PROJETO DE LEI 365/2014

Projeto de Lei nº 365/2014

Autor: Deputado Ney Leprevost

Relator: Péricles de Mello

Súmula: Fica denominada com Moacyr José Vitti a intersecção da Rodovia BR-277 com a PR-804-KM 29, no Município de Morretes.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE A RODOVIA NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo denominar de Dom Moacyr José Vitti, a intersecção da Rodovia BR- 277 com a PR- 804 – Km 29, no município de Morretes.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



## FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio publico estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos::

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense



Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa..

Sala das Comissões, de outubro de 2014.

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE**

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO  
RELATOR**

**PROVADO**

**21/10/2014**



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 46 / 14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 27 OUT, 2014  
1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2014.

ART.1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de agosto de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 21 de outubro de 2014.

DEPUTADO DUILIO GENARI  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PERICLES DE MELLO  
Relator

Dep. Alexandre  
Dep. Luperon  
Dep. Alexandre  
Dep. Alexandre



## JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 053/2014-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição supracitada, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de agosto de 2014, conforme Resolução nº.003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

As despesas, constantes nos documentos entregues a este Relator, conforme Proposição nº. 053/2014-CTC, que tratam das verbas indenizatórias para atender despesas dos Senhores Deputados, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação, transformando esta Proposição em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 21 de outubro de 2014

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO**  
Relator

*Dep. Francisco Beltrão*

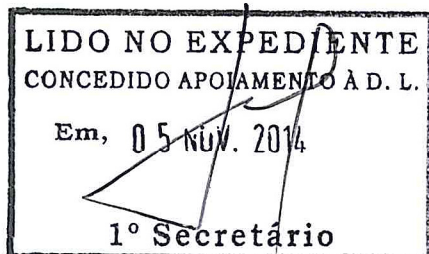
*Dep. Lupion*

*Dep. Antônio Leão*

*Dep. Alexandre*



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16 de 2014.**



Autorização para o Governador se ausentar do país no período de 7 a 22 de novembro de 2014.

**Art. 1º** Autoriza o Governador Carlos Alberto Richa a se ausentar do país no período de 7 a 22 de novembro de 2014, nos termos do inciso X do art. 54 da Constituição Estadual, para tratar de interesses particulares.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de novembro de 2014.

  
Deputado ARTAGÃO JUNIOR  
Vice-Presidente





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2014

fls.2.

## JUSTIFICATIVA

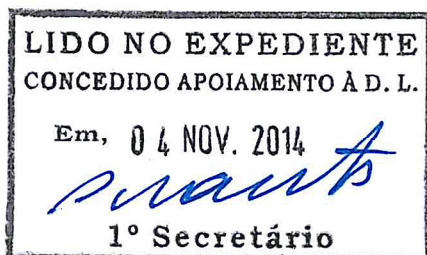
Justifica-se o presente Decreto tendo em vista o ofício nº 180, de 30 de outubro de 2014, lido no Expediente da Sessão Ordinária de 4 de novembro de 2014.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de outubro de 2014  
OF CEE/G 180/14



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 04/11/14

Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos constitucionais, que estarei afastado do País, no período de 7 a 22/11/2014, tratando de assuntos particulares.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

CEE/TWF/JLI

Anote-se e archive-se

DL, 5/11/14